

Qualidade nos cursos de Ciências Contábeis

Carlos Eduardo Barros Leite¹
Gilcina Guimarães²

RESUMO

Este artigo aborda duas iniciativas, dentre outras que estão sendo executadas na atualidade, por iniciativa do governo federal e que visam avaliar e propiciar o aumento da qualidade do ensino de contabilidade nos cursos de nível superior do país.

Estas duas iniciativas são: O Exame Nacional de Cursos e o Exame de Suficiência.

Palavras-chave: Exame Nacional de Cursos; Exame Nacional de Cursos - contabilidade; Ensino superior - Avaliação - Brasil; Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Nestes últimos três séculos a importância da educação foi crescendo, de modo que, na atualidade, para que um país possa obter o status de nação desenvolvida é necessário ter sólida plataforma educacional.

Atualmente, com a globalização e a necessidade de maior competitividade entre os países, a educação passou a merecer atenção especial de toda a sociedade.

A educação na área contábil não ficou indiferente a este processo, visto que, com ênfase para este último século, ela vem evoluindo, paralelamente, com as outras ciências sociais. Entretanto, por uma série de motivos, no que diz respeito ao estudo desta ciência no Brasil ela deixa muito a desejar quando comparada com outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos e a Inglaterra.

¹ Mestre em Ciências Contábeis/UERJ.

² Prof. Adjunta do Mestrado de Ciências Contábeis;
Doutora em Ciências - Eng. Produção/COPPE/UFRJ

2 O EXAME NACIONAL DE CURSOS

Em 1995, através da Lei nº 9.131/95, o Ministério da Educação e Cultura criou um sistema de avaliação, para os alunos formandos dos cursos superiores, denominado de "Exame Nacional de Cursos" (ENC), ou mais, popularmente, conhecido como "Provão".

A finalidade primordial deste exame é o de, progressivamente, ir melhorando a qualidade dos cursos ministrados nas instituições de ensino superior do país.

O Provão, nos últimos seis anos, causou mudanças nas instituições de ensino superior, fazendo surgir uma nova mentalidade, em que a avaliação é um indispensável agente de mudanças nas quais o diferencial é a qualidade. (KRAEMER, 2002, p. 32)

Após a realização de cada exame é efetuada a avaliação da formulação e da adequação dos conteúdos/habilidades em cada questão da prova pelos coordenadores, professores e alunos dos cursos avaliados, com o intuito de se apresentar sugestões para a melhoria dos próximos exames;

As Instituições de Ensino Superior são obrigadas a matricular, junto ao MEC, todos os seus alunos, que estiverem no último ano de seus respectivos cursos superiores, para a realização do exame.

QUADRO I

Cursos de graduação avaliados pelo Exame Nacional de Cursos de 1996 a 2002

CURSOS DE GRADUAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Administração	X	X	X	X	X	X	X
Agronomia	---	---	---	---	X	X	X
Arquitetura e Urbanismo	---	---	---	---	---	---	X
Biologia	---	---	---	---	X	X	X
Ciências Contábeis	---	---	---	---	---	---	X
Comunicação Social	---	---	X	X	X	X	X
Direito	X	X	X	X	X	X	X
Economia	---	---	---	X	X	X	X
Enfermagem e obstetrícia	---	---	---	---	---	---	X
Engenharia Civil	X	X	X	X	X	X	X
Engenharia elétrica	---	---	X	X	X	X	X
Engenharia Mecânica	---	---	---	X	X	X	X
Engenharia Química	---	X	X	X	X	X	X
Farmácia	---	---	---	---	---	X	X

CURSOS DE GRADUAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Física	---	---	---	---	X	X	X
História	---	---	---	---	---	---	X
Letras	---	---	X	X	X	X	X
Matemática	---	---	---	---	X	X	X
Medicina	---	---	---	X	X	X	X
Medicina Veterinária	---	X	X	X	X	X	X
Odontologia	---	X	X	X	X	X	X
Pedagogia	---	---	---	---	---	X	X
Psicologia	---	---	---	---	X	X	X
Química	---	---	---	---	X	X	X

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [2002?]b

TABELA I
Número de alunos inscritos no ENC de 2002

ÁREA	Número de Cursos*	Número de Inscritos*
Administração	489	54.134
Agronomia	73	3.638
Arquitetura e Urbanismo	115	3.594
Biologia	270	13.147
Ciências Contábeis	458	13.602
Direito	270	55.296
Economia	187	9.679
Enfermagem e Obstetrícia	153	5.447
Engenharia Civil	123	6.567
Engenharia Elétrica	90	4.818
Engenharia Mecânica	72	3.388
Engenharia Química	51	1.468
Farmácia	83	9.059
Física	83	1.958
História	339	6.880
Jornalismo	113	6.620
Letras	424	27.999
Matemática	354	13.204
Medicina	83	8.637
Medicina Veterinária	59	3.454
Odontologia	98	9.387
Pedagogia	492	50.868
Psicologia	120	10.463
Química	113	3.843
Total	4.712	327.199

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [2002?]a

Com a avaliação destas 24 áreas o Exame Nacional de Cursos conseguiu abranger cerca de 90% de todos os concluintes do ensino superior do país.

Para o Exame Nacional de Cursos de 2003 há uma expectativa de se avaliar: 6.567 cursos de nível superior; 473.690 graduandos; e 466 cursos superiores de Ciências Contábeis, somando, com isso, um total de 27.080 alunos.

No dia 21 de dezembro de 2001, o Ministro da Educação Paulo Renato, por meio da Portaria nº 3.018 estabeleceu, com base na Comissão de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis, composta pelos professores: Aracéli C. de Sousa Ferreira, Ariovaldo dos Santos, Francisco de Assis A. Guerra, Jorge K. Niyama, Luzia Guimarães e Martinho M. G. de Ornelas, as diretrizes para a realização deste exame na área contábil.

De acordo com tal portaria, a realização deste exame nos cursos de Ciências Contábeis terá as seguintes finalidades:

- a) identificar e mensurar o nível de conhecimentos adquiridos pelos alunos dos Cursos de Ciências Contábeis;
- b) contribuir para melhorar a qualidade dos Cursos de Ciências Contábeis;
- c) contribuir para que os Cursos de Ciências Contábeis garantam aos graduandos a posse de formação generalista-humanística e de habilidades e conhecimentos técnicos gerais e específicos.

O exame elaborado para o curso de Ciências Contábeis, levará em conta que o graduando deste curso detenha uma formação acadêmica, com as seguintes características:

- a) postura ética geral e profissional, com responsabilidade social;
- b) capacidade de raciocínio lógico e de desenvolvimento de análise e juízo críticos;
- c) visão holística, sistêmica e gerencial;
- d) capacidade de participação em equipes multidisciplinares;
- e) capacidade de iniciativa e de interação na comunidade;
- f) consciência da importância da educação continuada para o exercício da profissão; abertura às inovações tecnológicas;
- g) visão global do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, em que se insere a contabilidade.

Os alunos concluintes dos cursos de Ciências Contábeis são avaliados, neste exame, a respeito das suas competências e habilidades para:

- a) comunicação e expressão corretas em língua portuguesa;
- b) uso apropriado da linguagem contábil;
- c) análise e interpretação dos fenômenos que dão origem à prática contábil;
- d) desenvolvimento de raciocínio lógico, para a formação e emissão de juízos críticos fundamentados;
- e) criação e elaboração de sistemas de informações contábeis para fins decisórios;

f) análise de sistemas de informações para fins decisórios.

O exame para os graduandos do curso de Ciências Contábeis é constituído por 40 questões de múltipla escolha e 3 questões discursivas, como pode ser observado, de acordo, com o QUADRO 2.

QUADRO 2
Grade curricular do curso de Ciências Contábeis

TIPO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINA
Formação Geral	Língua Portuguesa; Noções de Direito; Noções de Ciências Sociais; Ética Geral e Profissional.
Formação Profissional Básica	Administração Geral; Economia; Direito Aplicado (incluindo legislação societária, comercial, trabalhista e tributária); Matemática; Estatística.
Formação Profissional Específica	Contabilidade Geral; Teoria da Contabilidade (incluindo Normas Brasileiras de Contabilidade); Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria; Administração Financeira e Orçamento Empresarial; Contabilidade Pública; Contabilidade e Análise de Custos.

Fonte: Ministério da Educação e Cultura ¹

A comissão de avaliação dos Cursos de Ciências Contábeis, além de ter a função de definir a abrangência, objetivos e diretrizes do Exame Nacional de Cursos da sua área de atuação e, posteriormente, avaliar o mesmo com o fim de aprimorá-lo, terá, também, a função de estabelecer procedimentos e orientar o processo de Avaliação das Condições de Ofertas.

Desde 1997, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vem realizando análises e comparações, entre os anos, nos cursos avaliados por este exame, com intuito de mensurar os reflexos obtidos nestes cursos, após a sua avaliação, gerando as seguintes informações:

a) informação disponibilizada em 17 de dezembro de 1997:

- a qualificação do corpo docente influi positivamente no desempenho dos graduandos no exame. Chegou-se a esta conclusão após se apurar que quanto

¹ <http://www.mec.gov.br>

maior era o número de professores com mestrado e doutorado numa instituição, melhor era a performance dos seus alunos;

- a permanência do corpo docente, por mais tempo na instituição, influi, também, de forma positiva, no desempenho dos estudantes no exame, isto porque, 86,7% das instituições que obtiveram conceitos A ou B no exame tinham em seus cursos um corpo docente trabalhando a uma média acima de 20 horas por semana;

b) informação disponibilizada em 30 de dezembro de 1998:

O Exame Nacional de Cursos está estimulando a melhoria da qualidade dos cursos por ele avaliados. Esta conclusão se baseia nos seguintes dados:

- as instituições privadas tiveram um desempenho superior aos dos exames anteriores;

- as instituições públicas e privadas passaram a contratar professores mais qualificados, com mestrado e doutorado e que se dedicam mais tempo ao trabalho em sala de aula;

- pressionadas pelos alunos e pela sociedade, as instituições estão se mobilizando para melhorar as condições de oferta dos cursos;

- houve queda do boicote e do número de provas em branco;

- o exame deu visibilidade às instituições que possuem cursos com melhores conceitos; e

- os coordenadores de cursos estão muito mais empenhados e dispostos a colaborar com as comissões de cursos na formação das diretrizes do exame.

c) informação disponibilizada em 09 de dezembro de 1999:

- Foram identificados os fatores que influem, diretamente, no desempenho do estudante no exame.

Desta forma, o perfil dos graduandos que obtiveram o conceito A é totalmente distinto dos que alcançaram o conceito E, como pode ser observado no QUADRO 3.

QUADRO 3

Perfil dos alunos que realizaram o Exame Nacional de Cursos em 1999

PERFIL DOS ALUNOS COM O CONCEITO A	PERFIL DOS ALUNOS COM O CONCEITO E
Estudaram a graduação em turmas menores para aulas teóricas	Estudaram a graduação em turmas maiores para aulas teóricas
Fizeram uso de livros textos e manuais	Fizeram uso de apostilas e resumos
Os professores tinham título de mestrado ou doutorado	A maioria dos professores não fez mestrado nem doutorado

PERFIL DOS ALUNOS COM O CONCEITO A	PERFIL DOS ALUNOS COM O CONCEITO E
As instituições eram mais bem equipadas no que se refere a bibliotecas e laboratórios	Os cursos não estavam bem equipados com bibliotecas e laboratórios
São solteiros, jovens, filhos de pais com maior nível de escolaridade e renda, estudaram a educação básica em escolas privadas, moram com os pais, usam computador e acessam a Internet e dominam o inglês ou o espanhol.	São casados, com filhos, trabalham cerca de 40 horas semanais e estudam quase sempre à noite, cursaram escola pública, vêm de famílias com menor escolaridade e nível de renda, não possuem computador e não acessam a Internet, não falam inglês nem espanhol.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ²

d) informação disponibilizada em julho de 2000:

Os dados educacionais, abaixo, demonstram que a qualificação do corpo docente vem, progressivamente, melhorando:

- quando comparado a 1994, o número de professores teve um crescimento de 22,9%, chegando, em 1999, ao número de 173.836 docentes;

- o número de doutores teve um crescimento, ainda mais relevante, já que, em 1994, havia 21.326 professores com esta titulação e, em 1999, este número passou para 34.934, revelando, desta forma, um salto de 63,8%, com efeitos imediatos sobre a qualidade do ensino;

- nas instituições privadas, estes dados são, ainda mais impressionantes, visto que, de 1994 para o ano de 1999, o número de professores teve um crescimento de 40,4% e o contingente de doutores mais que dobrou, de 4.476 em 1994 para 9.577 em 1999;

- no conjunto do sistema de graduação, ou seja, incluindo as instituições públicas e privadas, 15% dos professores tinham o título de doutor em 1994, já em 1999, os doutores representavam 20% deste total;

- o sistema de pós-graduação do país teve, também, um acentuado crescimento na sua produtividade, haja vista que, em 1994, foram formados 2,1 mil doutores e, em 1999, este número passou para 4,8 mil, revelando, desta forma, um aumento de 130%.

e) informação disponibilizada em 19 de dezembro de 2000:

Quando comparado com o primeiro Exame Nacional de Cursos, em 1996, o de 2000 demonstra uma nítida melhoria na qualificação do corpo docente, isto

² <http://www.inep.gov.br>

porque, em 1996, apenas 33% dos professores detinham o título de mestre ou de doutor, já em 2000, este percentual alcança o número de 55%.

f) informação disponibilizada em 12 de dezembro de 2001:

Houve melhora na formação pedagógica do corpo docente.

Esta constatação foi feita com base nos questionários respondidos pelos alunos entre os anos de 1997 a 2001, no qual levou em consideração os seguintes pontos:

- o aumento considerável do número de professores que apresentam o plano escolar no início do ano letivo;

- o maior empenho, assiduidade e pontualidade da maior parte do corpo docente;

- os professores demonstram estar com os seus conhecimentos, cada vez mais atualizados, a respeito das disciplinas por eles lecionadas.

Entretanto, ainda segundo estes mesmos questionários, a realização de atividades de pesquisas, como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, ainda é pouco solicitada pela grande maioria dos professores.

As instituições estão, a cada ano, melhorando as suas infra-estruturas, principalmente, no que diz respeito à informatização.

g) informação disponibilizada em 10 de junho de 2002:

Em 2003, com a inclusão dos cursos superiores de Fonoaudiologia e Geografia, o Exame Nacional de Cursos deverá avaliar mais de 6,5 mil cursos de 26 áreas do conhecimento, somando, com isso, um total de 470 mil formandos. (Cf. www.inep.gov.br/noticias/news.htm; www.mec.gov.br/sesu/jornal/htm; www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/provao/arquivo.htm)

Com base nas informações disponibilizadas acima, não há dúvidas de que a introdução deste exame proporcionou uma série de benefícios para a educação de nível superior do país e, por extensão, para a sociedade como todo, visto que ela terá, a sua disposição, profissionais com uma melhor formação acadêmica. Com relação à educação contábil a situação não é diferente, pois:

O Exame Nacional de Cursos tem um aspecto relevante que será a gradativa melhora do ensino da Contabilidade: permite vislumbrar um futuro promissor com a tão almejada e decantada valorização profissional, a fim de tomarem parte nessa cruzada e contribuírem para a busca do efetivo reconhecimento da nossa profissão pela via da competência. (KRAEMER, 2002, p. 32)

Entretanto, o curso superior de Ciências Contábeis, e por conseqüência, a classe contábil, ficou alijada da participação deste exame por mais de 6 anos.

Este fato torna-se incompreensível e digno de análise, sobretudo quando se observa os dados educacionais, do ano de 1998, disponibilizados pelo MEC/INEP/SEEC e os de 2002 fornecidos pelo INEP, pelos seguintes motivos:

- a) o Curso Superior de Ciências Contábeis é o 5º curso de graduação em número de matrículas (com 122.427 alunos), ele fica atrás, apenas, dos respectivos cursos: Direito (com 292.728), Administração (com 257.408), Engenharia (com 150.217) e Pedagogia (com 139.893). Assim, com base neste contingente de alunos se esperava que este curso recebesse uma maior atenção por parte do INEP, já há mais tempo.
- b) dos dez maiores cursos, em número de matrículas, todos eles foram avaliados, pelo INEP, antes que o curso superior de Ciências Contábeis tivesse a sua primeira avaliação, como pode ser observado, no QUADRO 4.

QUADRO 4

Ano da realização do ENC dos dez cursos de graduação com o maior número de matrículas

CURSO	ANO DE REALIZAÇÃO DO 1º PROVÃO
1º - Direito	1996
2º - Administração	1996
3º - Engenharia	1996
4º - Pedagogia	2001
5º - Ciências Contábeis	2002
6º - Letras	1998
7º - Comunicação Social	1998
8º - Ciência Econômica	1999
9º - Psicologia	2000
10º - Medicina	1999

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ³

Desta forma, cursos como o de Letras (com 108.746 alunos), Comunicação Social (com 74.567 alunos), Ciências Econômicas (com 66.992 alunos), Psicologia (com 61.103 alunos) e Medicina (com 50.879 alunos) foram todos avaliados na frente do curso superior de Ciências Contábeis, na qual detém 122.427 alunos.

Além destes, outros cursos, pelos quais estão entre os vinte com o maior número de matrículas, foram avaliados antes ou conjuntamente o curso superior de Ciências, como poderá ser observado na TAB 2.

³ <http://www.inep.gov.br>

TABELA 2

Ano da realização do ENC do 11º ao 20º curso de graduação
com o maior número de matrículas

CURSO	MATRÍCULA	ANO DE REALIZAÇÃO DO 1º PROVÃO
14º - História	42.324	2002
15º - Odontologia	40.850	1997
17º - Ciências Biológicas	36.789	2000
18º - Matemática	34.936	2000
20º - Enfermagem	33.543	2002

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Além destes, outros cursos, com menos expressão em número de matrículas, foram avaliados na frente ou paralelamente, com o curso superior de Ciências Contábeis, tais como: Agronomia (2000); Arquitetura e Urbanismo (2002); Física (2000), Medicina Veterinária (1997) e Química (2000).

Assim, mesmo o curso de Contabilidade sendo o 5º curso, em número de matrícula, ele foi, apenas, o 18º a ser avaliado pelo INEP.

c) dos 24 cursos avaliados pelo INEP, em 2002, o curso superior de Ciências Contábeis é o 3º, em número de cursos, com um total de 458; na frente dele encontra-se, apenas, o curso de Administração, com um total de 489 cursos, e o de Pedagogia, com 492 cursos avaliados pelo INEP.

Com base nas informações comentadas acima, pode-se concluir que o curso superior de Ciências Contábeis tanto em número de cursos quanto número de alunos é de grande importância para o bom andamento do sistema educacional de nível superior deste país, haja vista, que ele sozinho representa 5,8% do total de matrículas neste grau de ensino.

Entretanto, ele somente foi avaliado em 2002, ou seja, seis anos após a avaliação dos primeiros cursos pelo INEP.

Assim, devido a relevância deste curso para o sistema de ensino brasileiro, e da importância da formação condigna deste profissional para sociedade, visto que não há conhecimento de um país industrializado que não tenha uma contabilidade bem estruturada e com profissionais com a devida formação profissional, não há como compreender o motivo, pelo qual este curso demorou tanto tempo para ser avaliado.

As conseqüências desta demora para a educação contábil são imensuráveis, no entanto, pode-se deduzir, com base nos avanços efetuados nos cursos avaliados pelo INEP desde 1996, que esta situação protelou a evolução de importantes variáveis para os cursos superiores de Ciências Contábeis, tais como:

- a) melhor qualificação do seu corpo docente;
- b) criação de novos programas de pós-graduação;
- c) melhoria da infra-estrutura dos seus cursos, através da modernização das suas bibliotecas e dos seus laboratórios e da maior disseminação dos meios eletrônicos.

3 O EXAME DE SUFICIÊNCIA

No início da década de 90, surgiu, com maior intensidade, uma discussão, no meio contábil, a respeito da instituição de um exame, assim como já ocorre com os diplomados dos cursos de Direito, com a finalidade de se comprovar se os egressos dos cursos de nível médio e superior estão, plenamente, capazes para o exercício profissional das atividades contábeis.

Schwartzmann (1999, p. 36-37) é a favor da instituição de exames desta natureza por parte das organizações profissionais, visto que, o governo central não tem condições de garantir, com eficiência, a qualidade das instituições de ensino superior em todas as suas especificidades:

O Exame de Suficiência não é um Exame de Competência, porquanto busca, tão-somente, assegurar que todos os nele aprovados disponham dos conhecimentos e habilidades que o diploma que receberam pressupõe. Enfim o Exame de Suficiência, à semelhança do **Provão**, deverá comprovar se a formação vivida foi suficiente ou não em termos mínimos, diante da **natureza do curso** e as diretrizes estabelecidas para ele pelas autoridades competentes.

O Exame de Suficiência não constitui, pois exame de capacitação, que vise a medir a competência para o exercício profissional: esta será função do Exame de Competência, que alcançará sempre conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos, habilidades e consciência dos valores profissionais. No caso, os atributos que devem existir em nível adequado para o pleno exercício profissional, isto é, das prerrogativas previstas na legislação. Noutras palavras, somente no Exame de Competência se pode cogitar da **capacidade** para o exercício das prerrogativas, o que **não é o caso do Exame de Suficiência**.

Assim, depois de vários estudos e discussões a respeito desta questão, em 28 de junho de 1999, por meio da Resolução do CFC nº 853/99, foi instituído o Exame de Suficiência como um dos requisitos para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade - CRCs.

O exame de suficiência, ou de ordem, é composto de uma prova para os concluintes dos cursos Técnicos de Contabilidade e uma outra para os egressos dos cursos superiores de Ciências Contábeis.

A prova para os cursos dos dois níveis são aplicadas duas vezes ao ano (no mês de março e setembro), de forma simultânea em todo território nacional e abrangerá as seguintes áreas, conforme o QUADRO 5.

QUADRO 5
Exame de suficiência

PROVA PARA OS TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	PROVA PARA OS BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Noções de Direito Público e Privado; Matemática; Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; e Português.	Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Contabilidade Pública; Contabilidade Gerencial; Noções de Direito Público e Privado; Matemática Financeira; Teoria da Contabilidade; Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Auditoria Contábil; Perícia Contábil; Português; Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade ⁴

Para a sua aprovação o candidato deverá obter, no mínimo, 50% dos pontos possíveis.

⁴ <http://www.cfc.org.br>

⁵ <http://www.cfc.org.br>

TABELA 3
Realização dos Exames de Suficiência

EXAME	INSCRITOS			AUSENTES			APROVADOS			REPROVADOS							
	Inscr	CT	%	CT	%	TC	CT	%	TC	CT	%	TC	%				
1º Exame	3583	1626	45,38	1957	54,62	79	4,86	200	10,22	1358	87,78	1328	75,58	189	12,22	429	24,42
2º Exame	9166	4244	46,3	4922	53,7	219	5,16	335	6,81	2563	63,68	2275	49,6	1462	36,32	2312	50,4
3º Exame	15352	8603	56,04	6749	43,96	483	5,61	509	7,54	5991	73,78	1902	30,48	2129	26,22	4338	69,52
4º Exame	17227	8673	50,35	8554	49,65	541	6,24	650	7,6	4865	59,83	3305	41,81	3267	40,17	4599	58,19
5º Exame	21690	12295	56,69	9395	43,31	906	7,37	1005	10,7	6741	59,19	5100	60,79	4648	40,81	3290	39,21

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade ⁵

Nota: Sinais convencionais utilizados

CT - Contador

TC - Técnico

1º Exame de Suficiência realizado em 26 de Março de 2000

2º Exame de Suficiência realizado em 27 de Setembro de 2000

3º Exame de Suficiência realizado em 25 de Março de 2001

4º Exame de Suficiência realizado em 30 de Setembro de 2001

5º Exame de Suficiência realizado em 14 de Abril de 2002

Como pode ter sido observado, a média de reprovação deste exame está em torno de 40%.

Assim, o Exame de Suficiência, além de ser utilizado como um dos requisitos para a obtenção do título profissional, deveria, também, servir como um estímulo para que as instituições de ensino superior melhorassem a qualidade dos seus serviços e para que, desta forma, os futuros contadores pudessem optar por aquelas instituições que proporcionassem o melhor ensino e não, apenas um mero diploma, como ressaltam vários autores da área contábil, a seguir:

A exigência de exame de suficiência para o exercício de qualquer profissão faria com que os interessados procurassem as melhores escolas, nas quais ingressariam com o único objetivo de realmente estudarem e não o de conquistarem o diploma escolar, pois este nada significaria para a obtenção de habilidade profissional. (FRANCO, 1992, p. 61)

A necessidade do Exame de Suficiência deriva, basicamente, dos **desníveis qualitativos** registrados nos cursos de graduação em Ciências Contábeis e nos cursos técnicos em Contabilidade. Assim, dos primeiros, temos cerca de quatrocentos em funcionamento no Brasil, que apresentam imensas disparidades qualitativas e quantitativas: enquanto alguns ostentam níveis de primeiro-mundo, outros não ultrapassam, qualitativamente falando, aqueles de um curso médio direcionado para uma área específica.

No campo dos cursos técnicos em Contabilidade o problema é **mais grave**, porquanto há uma diversidade muito maior na quantidade de horas totais do curso e, o que é pior, na quantidade de horas-aula de disciplinas de Contabilidade. (KOLIVER, 1999, p. 19)

A institucionalização do exame de ordem levaria fatalmente as faculdades à busca de procedimentos capazes de propiciar aos seus estudantes conhecimentos em nível compatível com as exigências daquele, pois perderiam sua própria razão de ser, caso não alcançassem tal desiderato. Ademais, o índice de aprovação e a classificação dos examinados ensejariam um Ranking nacional de faculdades, ao estilo do existente no exterior, sadio estímulo à competição, algo que de há muito nosso país está a reclamar.

O exame em causa, além das vantagens referidas, que contribuiriam decisivamente para o aprimoramento da qualidade na formação dos Contadores, poderia resultar até mesmo

no fechamento de entidades de ensino que não ostentassem as condições mínimas requeridas no momento. De outra parte, resolveria o problema de avaliação das equivalências, porquanto o interesse do aluno se voltaria não mais para o diploma - hoje verdadeiro certificado de habilitação profissional, uma vez que o registro do Conselho Regional de Contabilidade é mera formalidade -, mas para o efetivo conhecimento, chave para aprovação no exame de ordem. (KOLIVER, 1993, p. 17)

Essa exigência de melhor formação para o aluno fará com que as instituições de ensino também ofereçam um serviço de melhor qualidade. A instituição que não procurar viver esta nova realidade tenderá a desaparecer, uma vez que não estarão formando profissionais capazes de ultrapassar a barreira da avaliação. O próprio aluno procurará a instituição de ensino que mais aprova no processo de avaliação, a qual, certamente, estará prestando um melhor serviço na formação do aluno. Isso ocasionará uma competição entre as instituições, com a busca das melhores formas de ensino e dos professores mais capacitados. Assim ganham os alunos, com melhor formação, ganham os professores capazes, com melhores condições de trabalho e maior remuneração, ganham as instituições de ensino competentes, com um maior fluxo de alunos e ganham, principalmente, a contabilidade e o contador do Ano 2000. (SCHMIDT, 1995, p. 40).

Entretanto, diferentemente do que acontece com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o Exame Nacional de Cursos e do anseio de grande parte do meio acadêmico da área contábil, até o presente momento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não fez qualquer menção a respeito da divulgação de um ranking, no qual demonstrasse o desempenho das instituições de ensino avaliadas pelo Exame de Suficiência.

O CFC, apenas, divulga as notas individuais dos participantes do exame, prejudicando, com isso, principalmente, os postulantes aos cursos da área contábil, visto que eles ficam sem um parâmetro, de relevante importância, no momento de suas escolhas pela instituição, da qual eles desejam se formar.

Entretanto, apesar de alguns ajustes que ainda precisam ser feitos, como o citado acima, a instituição de um exame desta magnitude beneficia toda a sociedade, já que incita a elevação da qualidade pedagógica, por parte das instituições de ensino, e que, por consequência, acaba resultando na formação de estudantes com melhores atributos, que, por sinal, refletirão positivamente, para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

4 CONCLUSÃO

Por uma série de motivos, o curso superior de Ciências Contábeis não vem obtendo o mesmo grau de desenvolvimento das outras ciências sociais.

Os fatos que originaram esta deficiência são vários, entretanto, dois devem ser destacados: a expansão desenfreada das instituições de nível superior, sem um mínimo de estrutura física e pedagógica e o escasso número de programas de pós-graduação na área.

A aplicabilidade dos dois tipos de exames, abordados neste trabalho, tem o fim aumentar a qualidade dos cursos superiores e, conseqüentemente, dos seus respectivos formandos.

Sendo assim, se espera que, nos próximos anos, já possa ser evidenciado algum tipo de melhoria na qualidade destes cursos. Isto é uma meta que trará benefícios não só para a classe contábil, mas, também, para a sociedade como um todo.

ABSTRACT

This article is a work about two examination programs, among all that are being executed by government nowadays to measure performance and promote improvement in the quality of graduate accounting courses in the country.

The two examination programs are: National Courses Examination (Exame Nacional de Cursos) and Proficiency Test (Exame de Suficiência).

5 REFERÊNCIAS

FRANCO, Hilário. Aprimoramento técnico e cultural de professores e valorização profissional. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 21, n. 81, p. 54-63, dez. 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *ENC - Provação: consulta aos resultados do ENC - Provação*. [2002] a. Disponível em: < <http://www.resultadoenc.inep.gov.br> > Acesso em

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *ENC - Provação: cursos avaliados*. [2002] b. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/provao/cursos> > Acesso em

KRAEMER, Maria E. Pereira. Provação: o desafio na qualidade e avaliação dos cursos de Ciências Contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, (134): 31-38, mar/abr. 2002.

KOLIVER, Olívio. O aproveitamento de disciplinas e a formação do contador. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 22, n.73, p. 11-18, abr./jun. 1993.

KOLIVER, Olívio. O exame de suficiência e as prerrogativas profissionais. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, (120): 17-24, 1999.

SCHMIDT, Paulo. O exame de capacitação profissional e habilitação profissional do contador. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 24, n.80, p. 36-40, jan./mar. 1995.

SCHWARTZMANN, Simon. O ensino superior no Brasil: a busca de alternativas. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 18, n.37, p. 11-45, 1999.